

R & G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020



R & G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da
R & G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
São Domingos do Norte - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da R&G Investimentos e Participações S.A., (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da R&G Investimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações”. Somos independentes em relação à Empresa e de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Demonstrativos em milhares de reais

<u>ATIVO</u>	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019	<u>PASSIVO</u>	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32	201	Fornecedores	9	7	8
Tributos a recuperar e a compensar	6	8	8	Transações com partes relacionadas	7	-	4.917
Transações com partes relacionadas	7	46	49			7	4.925
Outros ativos circulantes		-	3				
		86	261	Não circulante			
				Transações com partes relacionadas	7	1.135	110
Não circulante						1.135	110
Transações com partes relacionadas	7	23.175	1.364				
Investimentos	8	207.117	213.920	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
		230.292	215.284	Capital social		18.465	18.465
				Reservas de lucros		192.063	187.597
				Ajustes de avaliação patrimonial		18.708	4.448
						229.236	210.510
Total do ativo		<u>230.378</u>	<u>215.545</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>230.378</u>	<u>215.545</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Demonstrativos em milhares de reais

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	11	(10)	(7)
Despesas tributárias	11	(88)	(102)
		<u>(98)</u>	<u>(109)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.557	(1.928)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>6.459</u>	<u>(2.037)</u>
Despesas financeiras	12	(16.321)	(1.207)
Receitas financeiras	12	15.911	1.247
Resultado financeiro líquido		<u>(410)</u>	<u>40</u>
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.049</u>	<u>(1.997)</u>
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		<u>6.049</u>	<u>(1.997)</u>
Quantidade de quotas do capital social		18.465	18.465
Lucro ou Prejuízo líquido do Exercício por Quotas		<u>0,33</u>	<u>(0,11)</u>
Resultado atribuído aos:			
Quotistas controladores:			
Quotistas não controladores:			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	6.049	(1.997)
Ajustes Retrospectivos	(8)	165
Variação Cambial sobre Investimentos	17.343	157
Reflexo Ajuste de Avaliação Patrimonial em Investidas	(3.083)	571
Resultado Abrangente Total do Exercício	20.301	(1.104)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reservas de Lucros		Outras Contas do Patrimônio Líquido		
		Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2019, apresentado	5.526	1.105	189.413	4.697	-	200.741
Resultados abrangentes do exercício	-	-	977	(977)	-	-
Reclassificação Ajustes retrospectivos	-	-	165	-	-	165
Ajustes Retrospectivos	-	-	-	571	-	571
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Investidas - Reflexo	-	-	-	157	-	157
Variação cambial em investimentos	-	-	-	-	(1.997)	(1.997)
Resultado líquido do exercício	-	-	1.142	(249)	(1.997)	(1.104)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos	-	-	1.142	(249)	(1.997)	(1.104)
Transações com os sócios e constituição de reservas						
Distribuição de Dividendos	-	-	(2.066)	-	-	(2.066)
Amortização de prejuízo do exercício	-	-	(1.997)	-	1.997	-
Integralização de Capital Social	12.939	-	-	-	-	12.939
Total das transações com sócios e constituição de reservas	12.939	-	(4.063)	-	1.997	10.873
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.465	1.105	186.492	4.448	-	210.510
Saldo em 1º de janeiro de 2020, apresentado	18.465	1.105	186.492	4.448	-	210.510
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	(3.083)	-	(3.083)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Investidas - Reflexo	-	-	-	17.343	-	17.343
Variação Cambial em Investimentos	-	-	-	-	-	-
Ajustes retrospectivos - Reflexo	-	-	(8)	-	-	(8)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	6.049	6.049
Eliminação resultado Intercompany	-	-	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos	-	-	(8)	14.260	6.049	20.301
Transações com os sócios e constituição de reservas						
Distribuição de Dividendos	-	-	(1.575)	-	-	(1.575)
Constituição de reserva legal	-	303	-	-	(303)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	5.746	-	(5.746)	-
Total das transações com sócios e constituição de reservas	-	303	4.171	-	(6.049)	(1.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.465	1.408	190.655	18.708	-	229.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	6.049	(1.997)
Ajustes para:		
Variações monetárias e cambiais	299	(49)
Provisão de juros sobre mútuos	108	3
Resultado de equivalência patrimonial	(6.557)	1.928
Resultado Ajustado	(101)	(115)
Variações das contas de ativo e passivo		
(Aumento) Redução em outros créditos	3	(3)
Aumento (Redução) em fornecedores	(1)	1
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	2	(2)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(99)	(117)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(23.186)	(27.252)
Redução Investimentos em controladas	28.688	-
Recursos provenientes da alienação de investimentos	-	167
Recebimento de dividendos	3	11.497
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	5.505	(15.588)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos		
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos		
Recursos provenientes de Mútuos	6.888	5.024
Pagamento de mútuo	(11.912)	-
Pagamento de Juros Sobre mútuos	(111)	-
Pagamento de dividendos	(1.575)	(2.066)
Recursos provenientes de aporte de capital de sócios	1.135	12.938
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(5.575)	15.896
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa	(169)	191
Caixa no início do período	201	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	32	201
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	(169)	191

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A R & G Investimentos e Participações S.A., é uma sociedade limitada situada na rua Valeriano Sebastião Pagani, número 47, Centro, São Domingos do Norte – ES, e tem por objeto principal a atividade de Holdings de instituições não-financeiras.

A Empresa faz parte do Grupo Guidoni, o qual possui negócios nas áreas de produção e comércio de rochas ornamentais, indústria de Quartzo, revenda de equipamentos e mercadorias importadas, prestação de serviços de manutenção de equipamentos, negócios imobiliários e serviços agrícolas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

1.1 COVID-19

O surto da COVID19, classificado como pandemia pela organização mundial da saúde em março de 2020, gerou efeitos negativos na economia global. Às incertezas dos agentes econômicos, medidas restritivas para combate da pandemia lançadas pelos governos ao redor do mundo convergiram para um cenário de impactos relevantes nas atividades das empresas.

Ajustes operacionais:

A Administração avaliou constantemente os impactos da pandemia nas suas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa com o objetivo de implementar medidas que possam reduzir os efeitos negativos em suas operações.

As principais medidas adotadas pela Empresa até a data da emissão dessas demonstrações são descritas a seguir:

- i. Medidas de caráter informativo e preventivo para evitar contaminações;
- ii. Parte dos colaboradores passaram a realizar suas atividades de forma remota. Para isso, a Empresa disponibilizou os recursos necessários para que não houvesse prejuízo na realização das atividades;
- iii. Redução custos através de renegociações de contratos com fornecedores/prestadores de serviços, tanto em custo quanto em prazo de pagamento, em algumas situações o escopo dos serviços prestados foi alterado para se adequar às demandas atuais;
- iv. Postergação de pagamentos: medida adotada no Cenário de Covid-19, postergando pagamentos dos fornecedores após negociações. A exemplo citamos pagamento de Royalties, Serviços de sondagens e entrega de relatórios de Pesquisa, uma vez que a ANM concedeu postergação de prazo, puderam ser postergadas para novembro de 2020, sem aumento de custo por juros ou multas.

Apesar de todos os pontos elencados, a Empresa e suas controladas não sofreram impactos diretos em suas operações. A Empresa e suas controladas adotaram todas as medidas de saúde e segurança para o combate a pandemia.

2. Base de elaboração e preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e *BR GAAP* vigentes em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Empresa está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data de emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Empresa de dar continuidade as suas atividades nos próximos doze meses. A Empresa entende que eventuais efeitos não serão relevantes.

As receitas, as despesas e os custos do período da entidade foram escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda (*impairment*);
- Reconhecimento de receita; e
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa na rubrica de contas a receber;
- Provisão de contingências passíveis;

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.2. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Empresa que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Empresa e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

2.3. Moeda Funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Reconhecimento de receita: se a receita de produtos de papel feitos sob encomenda é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- Classificação de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- aquisição de controlada: valor justo da transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

b) Regime de escrituração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Foi adotado o Regime de Competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de investimentos em títulos de dívida mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- ganhos na remensuração a valor justo da participação pré-existente em uma entidade adquirida em uma combinação de negócio;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- ineficácia dos instrumentos de hedge reconhecida no resultado; e;
- reclassificação de ganhos e perdas líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes sobre hedges de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e) Instrumentos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJ:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31(a)). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - o ativos financeiros mantidos para negociação;
 - o instrumentos derivativos de hedge; ou
 - o ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Desreconhecimento: Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

f) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

g) Arrendamentos

No início do contrato, a empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos Arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Pagamentos dos Arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h) Ativo circulante

São demonstrados pelos valores de realização acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

j) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

k) Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento, todos com recolhimento no mês subsequente.

l) Fornecedores

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

As contas a pagar aos fornecedores e as outras obrigações são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

n) Passivo fiscal corrente

São registrados todos os tributos e contribuições a recolher originados no decurso normal das atividades da Empresa.

4. Novas normas, alterações e interpretações

a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão.

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

- a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021);
- c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade, saldos mantidos em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata. A seguir é apresentada a composição dos valores.

Em Milhares de Reais	2020	2019
Caixa	7	5
Banco conta movimento	-	0
Aplicações com liquidez imediata	24	28
Numerários em Trânsito	1	168
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	32	201

5.1. Aplicações financeiras de liquidez imediata

Referem-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, todas com classificação de risco insignificante.

Em Milhares de Reais	2020	2019
CDB - Renda Fixa	22	26
Fundo de Investimento Renda Fixa	2	2
Aplicações de Liquidez Imediata	24	28

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Tributos a recuperar e a compensar

São valores referentes a tributos já recolhidos e/ou retidos para os quais a empresa pretenda recuperar mediante compensação com tributos de mesma natureza.

Os créditos relativos a imposto de renda são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras.

Em Milhares de Reais	2020	2019
Tributos a recuperar e a compensar - Circulante		
IRRF a recuperar	8	8
Total dos tributos a recuperar	8	8

7. Transações com Partes Relacionadas

Em Milhares de Reais	2020	2019
Ativo Circulante		
Lucros e Dividendos a Receber	-	3
Guidoni Ornamental Rocks Ltda	-	3
Adiantamentos a sócios	46	46
Amanda Regis Guidoni	15	15
Rayner Regis Guidoni	15	15
Roniery Orestes Guidoni	16	16
Total Transações com Partes Relacionadas Ativo Circulante	46	49
Ativo Não Circulante		
Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	1.863	1.364
Guidoni Investimentos Ltda	1.863	1.364
Débito por Redução de Investimento	21.312	-
Guidoni Investimentos Ltda	21.312	-
Total Transações com Partes Relacionadas Ativo Não Circulante	23.175	1.364

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em Milhares de Reais	2020	2019
Passivo Circulante		
Mútuos a Pagar - Curto Prazo	-	4.917
Guidoni Investimentos Ltda	-	4.917
Total Transações com Partes Relacionadas Passivo Circulante	-	4.917

Em Milhares de Reais	2020	2019
Passivo Não Circulante		
Adiantamentos Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	1.135	-
Amanda Regis Guidoni	267	-
José Geraldo Guidoni	21	-
Margareth Regis Correa Guidoni	313	-
Rayner Regis Guidoni	267	-
Roniery Orestes Guidoni	267	-
Mútuos a Pagar -Longo Prazo	-	110
Guidoni Ornamental Rocks Ltda	-	110
Total Transações com Partes Relacionadas Passivo Não Circulante	1.135	110

R&G INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Investimentos

Em Milhares de Reais		2020						
	31/12/2019 investimento	Reclassificação do investimento	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão	Ajustes Retrospectivos	31/12/2020 Investimento
Investimentos - Ativo não circulante								
GUIDONI INVESTIMENTOS LTDA	177.582	-	6.605	(50.000)	(3.083)	-	(8)	131.096
GUIDONI CAPITAL S.L.	3.393	55.333	(48)	-	-	17.343		76.021
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital								
GUIDONI CAPITAL S.L.	32.945	(55.333)	-	22.663	-	(275)	-	-
	213.920	-	6.557	(27.337)	(3.083)	17.068	(8)	207.117

Em Milhares de Reais		2019						
	31/12/2018 investimento	Reclassificação do investimento	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão	Ajustes Retrospectivos	31/12/2019 Investimento
Investimentos - Ativo não circulante								
GUIDONI INVESTIMENTOS LTDA	13.375	-	(1.974)	165.447	571	-	163	177.582
GUIDONI CAPITAL S.L.	3.187	-	47	-	-	157	2	3.393
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital								
GUIDONI CAPITAL S.L.	-	7.011	-	25.888	-	46	-	32.945
	16.562	7.011	(1.927)	191.335	571	203	165	213.920

9. Fornecedores

Em Milhares de Reais	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores no País	7	8
Total de fornecedores e outras contas a pagar	7	8

10. Patrimônio Líquido

10.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da empresa em 31 de dezembro de 2020 era de R\$18.475 (R\$18.475 em 2020). A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

10.2 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

11 Despesas Gerais e Administrativas

Em Milhares de Reais	2020	2019
Despesas Com Pessoal	(10)	(7)
Remuneração a Dirigentes	-	(7)
Assistência médica	(10)	-
Despesas Tributárias	(88)	(102)
IOF	(87)	(99)
Taxas Diversas	(1)	(3)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

12 Resultado financeiro líquido

Em Milhares de Reais	2020	2019
Receitas financeiras	15.911	1.247
Rendimentos de Aplicação Financeira	-	1
Variação Cambial Ativa	15.911	1.246
Despesas financeiras	(16.321)	(1.207)
Variação Cambial Passiva	(16.208)	(1.197)
Tarifas Bancárias	(5)	(7)
Encargos sobre empréstimos Parte Relacionada	(108)	(3)
Resultado Financeiro	(410)	40

13 Contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não é parte integrante em processos judiciais e administrativos, que sejam passíveis de constituição de passivos contingentes ou obrigações legais.

14 Eventos subsequentes

A Administração da empresa avalia que não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

São Domingos do Norte-ES, 11 de fevereiro de 2022